

DESIGUALDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS NA HISTÓRIA

Tarcísio R. Botelho
Marco H. D. van Leeuwen
(organizadores)

DESIGUALDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS NA HISTÓRIA

Coleção
OBRAS
EM
DOR
SAR

Veredas
&
Cenários
educação, arte e cultura

Copyright © 2012 by
Tarcísio R. Botelho e Marco H. D. van Leeuwen (Org.)
Todos os direitos reservados à
Veredas & Cenários – Educação, arte e cultura

Botelho, Tarcísio R., Leeuwen, Marco H. D. van (organizadores).

História social: perspectivas metodológicas / Tarcísio R. Botelho e Marco H. D. van Leeuwen (Org.). 1. ed. – Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012.

p. XXX; 14cm x 21cm. – (Coleção Obras em Dobras)

ISBN 978-85-61508-XX-X

1. História da América do Sul. 2. História do Brasil. 3. Ciências Sociais. I. Botelho, Tarcísio R., Leeuwen, Marco H. D. van. II. Título. III. Série.

CDD XXX

Veredas & Cenários – Educação, arte e cultura

www.veredasecenarios.com.br

veredas@veredasecenarios.com.br

Direção e coordenação editorial
Helton Gonçalves de Souza

Editoração de texto e projeto editorial
Helton Gonçalves de Souza

Revisão de texto
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Capa, projeto gráfico e arte final
Capa, projeto gráfico e arte final
Marcos Lourenço Vieira

Produção editorial
Lápis Lazúli Ltda.

Impressão e acabamento



SUMÁRIO

Apresentação	
<i>Tarcísio R. Botelho</i>	
<i>Marco H. D. van Leeuwen</i>	
Mobilidade social e intergeracional	
<i>Marco H. D. van Leeuwen</i>	
A mobilidade social intergeracional em Portugal nos séculos XIX e XX: debates, projetos e agenda de investigação	
<i>Paulo Eduardo Guimarães</i>	
Estratificação social no Brasil do século XIX	
<i>Tarcísio R. Botelho</i>	
<i>Cristina Viegas Andrade</i>	
Imigração e mobilidade social no Brasil em princípios do século XX	
<i>Oswaldo Truzzi</i>	
<i>Tarcísio R. Botelho</i>	
Aberto e desigual: a globalização aumentou o intervalo educacional entre ricos e pobres?	
<i>Joerg Baten</i>	
<i>Dácil-Tania Juif</i>	
<i>Christina Mumme</i>	
Imigração e as origens da desigualdade regional: colonização subsidiada e imigração para o Sul do Brasil antes da Primeira Guerra Mundial	
<i>Irineu de Carvalho Filho</i>	
<i>Leonardo Monastério</i>	
Vícios e virtudes do ensino primário no Brasil, 1930-1964	
<i>Thomas H. Kang</i>	
NOTAS	
REFERÊNCIAS	
<i>Sobre os autores</i>	

II

A MOBILIDADE SOCIAL INTERGERACIONAL EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XIX E XX: debates, projetos e agenda de investigação*

Paulo Eduardo Guimarães

Amobilidade social nas sociedades industriais avançadas tem constituído um dos principais temas da investigação sociológica desde a década de 1950, acabando por influenciar diretamente as agendas de investigação e o modo como os historiadores sociais escrevem sobre as sociedades e a mudança social nos últimos séculos.¹ As teorias sobre a modernização das sociedades, ao realçarem mudanças profundas nos padrões de mobilidade e na estratificação social, constituíram um desafio para os historiadores que, desde logo, se propuseram desenvolver metodologias adequadas às fontes de que dispunham para verificar os seus fundamentos empíricos através da recolha extensiva e qualitativa de dados sobre comportamento social nos últimos três séculos.² Os debates em torno da abertura societal, a qual acompanharia os processos de industrialização e de urbanização, por um lado, e sobre os diferentes caminhos históricos das sociedades europeias e norte-americana, por outro, geraram um vasto número de estudos quantitativos e comparativos no longo prazo que, enriquecidos com perspectivas de gênero e novos métodos sofisticados de análise, acabaram por matizar, ou mesmo por contradizer, muitas das visões otimistas iniciais.³ Apesar da importância desses debates, os estudos sobre a mobilidade social em Portugal são relativamente escassos. Até recentemente, este tópico foi quase ignorado pelos historiadores e era um tema marginal para os sociólogos.

Nesse ensaio, pretendemos apresentar sumariamente o estado atual da investigação sobre a mobilidade intergeracional em Portugal em perspectiva histórica, a agenda intelectual dos projetos de investigação recentes e algumas questões metodológicas levantadas pelas fontes utilizadas.⁴ Finalmente, apresentam-se alguns resultados provisórios e as perspectivas de trabalho futuro.

O estudo da mobilidade social intergeracional em Portugal

Durante bastante tempo, o longo debate resultante de visões otimistas ou pessimistas sobre a mudança social relacionada com os processos de industrialização, de urbanização e de modernização social poderia entender-se como estando defasado da experiência histórica portuguesa, na medida em que esses processos ocorreram de forma limitada e, até à década de 1960, não eram vistos como parte de uma tendência evolutiva mais geral. Desde o início do século XIX, foram feitas reformas institucionais profundas inspiradas nos “modelos” liberais inglês e francês que destruíram as fundações da velha sociedade e lançaram as bases da sociedade burguesa. Contudo, a liberalização política (construção de um sistema representativo de base parlamentar e reforma do Estado), social (eliminação dos privilégios de sangue) e econômica (destruição dos obstáculos a uma economia de mercado livre) não foi acompanhada por processos de industrialização e de urbanização acelerados, os quais tiveram lugar apenas no ocaso do regime conservador autoritário e tradicionalista criado por Salazar. Muito embora possamos encontrar paralelismos entre essa evolução e a de outros países mediterrânicos, tais fatos estruturais e a longa persistência do atraso econômico tornaram-se a base para a construção narrativa da especificidade histórica portuguesa e sobre as suas raízes históricas.⁵ Contudo, os primeiros estudos sociológicos sobre o país resultaram do entendimento inverso: a sociedade portuguesa era vista como um problema para o seu próprio desenvolvimento econômico.⁶ Essa perspetiva foi reintroduzida de forma invertida no final da década de 1960, quando os sociólogos começaram a monitorizar as mudanças sociais em curso, mostrando que o crescimento econômico não se estava a traduzir em progresso social.⁷ Dessa forma, através da descrição, representação e reflexão sobre os processos de estruturação social e as mudanças sociais em curso, os sociólogos produziram desde então um conhecimento substantivo

para a análise da estratificação e da mobilidade social em perspectiva histórica. Os historiadores, por outro lado, forneceram nas últimas décadas contribuições empíricas importantes para o conhecimento de grupos sociais específicos que, embora fragmentadas em contextos e períodos cronologicamente distintos, esclarecem sobre alguns processos de mudança social ao longo dos últimos dois séculos.⁸ Mais recentemente, Helder Fonseca iniciou, com outros investigadores, a análise extensiva à mobilidade intergeracional e à estratificação social, criando a Amostra Histórica Portugal sobre a Mobilidade Social (AHP-MS) com dados recolhidos nos registos de matrimónio a partir de meados de Oitocentos.⁹

A construção do excepcionalismo português

Portugal perdeu o império brasileiro na sequência das Guerras Napoleônicas, na altura da primeira Revolução Liberal; conheceu depois um período de guerra civil (1832-1834) seguido de instabilidade e conflitos políticos abertos entre fações liberais até meados do século XIX. Apesar do seu persistente atraso económico, os portugueses conseguiram ser bem-sucedidos na construção de um império colonial em África num período de fortes rivalidades entre as grandes potências europeias. Porém, na altura em que ocorre a Revolução de 25 de Abril de 1974, que pôs fim a meio século de ditadura conservadora e deu início à descolonização, os portugueses que regressavam do exílio, das colônias e da emigração deparavam com um país pobre e atrasado. Mais de um milhão de portugueses tinha saído para os países europeus numa década, retomando o ciclo das migrações “massivas” que tinham marcado a segunda metade do século XIX e o início do seguinte. O estereótipo comum que apresentava Portugal como um país rural, pobre, conservador e católico, de canções tristes como o fado, governado por uma oligarquia econômica fechada, dificilmente poderia servir de campo de investigação sobre atributos que a teoria imputava às “sociedades abertas”. Apesar disso, o discurso oficial ou a ideologia do re-

gime cessante tinha-se mostrado ambivalente no que respeita à mobilidade social: se, por um lado, defendia a estabilidade social baseada em valores católicos tradicionalistas, na defesa do conformismo e na rejeição do individualismo, por outro lado, não deixa de reconhecer quem ascendia socialmente com base nos seus próprios méritos individuais. Algumas narrativas biográficas de empresários ilustravam casos de mobilidade ascendente, e o primeiro estudo sociológico realizado nos anos de 1960 por um acadêmico estrangeiro sobre a elite industrial portuguesa revelou um grupo “aberto”, embora a entrada estivesse limitada às classes médias.¹⁰ Por outras palavras, esse não seria um país onde se poderiam encontrar muitas estórias de ascensão “da miséria à grande fortuna”, e, por essa via, o debate sobre a “sociedade aberta” provavelmente apareceria deslocado.

Refira-se ainda, a esse respeito, o atraso das Ciências Sociais e da História durante o período do Estado Novo (1926-1974), resultante da desconfiança sobre o valor e utilidade quer das Ciências Sociais quer dos estudos históricos sobre o período contemporâneo. Contudo, com as mudanças sociais em curso na década de 1960, o regime preocupou-se em verificar se essas mudanças não poderiam ameaçar a sua estabilidade. Os estudos produzidos pelo Gabinete de Investigações Sociais, liderados por Sedas Nunes, desenvolvem-se nesse contexto, monitorizando mudanças sociais em curso e formulando as primeiras representações sobre a estratificação social em Portugal, com base, principalmente, nos dados oferecidos pelas estatísticas.¹¹

A visão do país europeu, mas periférico e atrasado, que conhecera uma modernização social limitada e recente, era sustentada pelos indicadores da atividade da população. Na altura em que eclodiu a revolução republicana de 1910, 62% da população viviam da agricultura ou das pescas; 19%, da indústria; 12%, de serviços domésticos; 4%, do comércio; e 2% eram funcionários públicos, membros das forças militares e de segurança interna. Apenas 13% da população viviam em centros urbanos com mais de 10 mil habitantes. O declínio contínuo do emprego no setor agrícola ocorreu apenas desde a década de 1950, após o período